



ARTIGOS - ARTICLES

**Finalmente um lugar para a história da arte no Brasil?
Controvérsias e disputas entre comunidades científicas**

Danielle Rodrigues Amaro¹
Doutora em História Social
FFLCH - Universidade de São Paulo
[danielle.amaro@gmail](mailto:danielle.amaro@gmail.com)

Como citar este artigo: AMARO, Danielle Rodrigues “Finalmente um lugar para a história da arte no Brasil? Controvérsias e disputas entre comunidades científicas”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 88-109. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Tendo como ponto de partida as controvérsias acerca da criação recente de bacharelados em história da arte em universidades públicas brasileiras, o presente artigo tem como objeto central as disputas institucionais e epistemológicas entre as comunidades científicas de historiadores e de historiadores da arte. A problematização das histórias da arte produzidas nas universidades brasileiras são fundamentais ao debate acerca do que se compreende por história da arte no Brasil hoje e estão diretamente relacionadas ao amadurecimento e à consolidação da autonomia da história da arte enquanto campo científico no país. Para isso, são usadas como fontes: entrevistas; documentos oficiais produzidos pelas duas comunidades científicas em disputa; e documentos relacionados ao trâmite do PL 4699/2012, que regulamenta a profissão de historiador.

Palavras-chave: história da arte no Brasil; história da ciência; comunidades científicas; processos de legitimação; controvérsias.

*Finally a place for Art History in Brazil?
Controversies and disputes between scientific communities*

Abstract: Taking as its starting point the controversies about the recent creation of bachelor's degree in art history at Brazilian public universities, this article has as its central object the institutional and epistemological disputes between two scientific communities: historians and art historians. The concern to constitute a space of specific formation in art history at graduation level and the problematization of the histories of art produced in the Brazilian universities are fundamental to the debate about what is understood by art history in Brazil today and are directly related to the maturation and consolidation of the autonomy of art history as a scientific field in the country. For this, they are used as sources: interviews; official documents produced by the two scientific communities in dispute; and documents related to the procedure of PL 4699/2012, which regulates the profession of historian.

Keywords: Art History in Brazil; History of Science; scientific communities; scientific legitimation processes; scientific controversies.

Compreender a defesa e o empenho em constituir um espaço de formação específica em história da arte em nível de graduação é fundamental para o debate acerca do que se compreende por história da arte no Brasil hoje. A emergência de tais cursos, particularmente na última década, é aqui compreendida como diretamente relacionada e proporcional ao processo de amadurecimento e consolidação da história da arte enquanto campo de pesquisa científica no país. O esforço da comunidade de historiadores da arte, que antes – deve-se ressaltar – formavam-se a duras penas e de modo difuso, por reconhecimento e a conquista avanços palpáveis (como a implantação de lugares específicos para a formação e a atuação dessa comunidade científica na estrutura universitária) foram significativos o suficiente para ameaçar a retirada de privilégios de outra comunidade científica – a de historiadores. Como bem observa Kostas Gavroglu em “O passado das ciências como história” sobre os processos de legitimação, das controvérsias e dos consensos nas comunidades científicas, “não existem espaços que não sejam dominados por uma determinada comunidade de pessoas. Não existem ‘espaços livres’ que aguardem a criação da ‘comunidade adequada’” (GAVROGLU, 2007, 188). Isso aponta para uma definição do fazer ciência como um exercício que envolve disputas de poder, tal como afirma Steven Shapin: “a ciência não é uma, indivisível e unificada, mas as ciências são muitas, diversas e desunificadas” (SHAPIN, 2013, 5).

O presente artigo é parte das reflexões resultantes de pesquisa de doutorado² que versa sobre as controvérsias acerca da institucionalização da história da arte no Brasil, tendo como objeto central os debates sobre a criação de cursos de graduação na área, por meio do qual objetivou-se refletir sobre a formação e a presença do historiador da arte no Brasil e questionar a relevância da autonomia institucional e epistemológica da história da arte. No Brasil de hoje, são oferecidos cinco cursos de graduação em história da arte. O mais antigo é aquele alocado no Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja história se inicia em 1963, quando foi criado no extinto Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro (IBARJ), que foi substituído em 1975 pela atual Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Sua transferência para a UERJ ocorreu no final da década de 1970 como resultado da Reforma Universitária de 1968 e do processo de unificação dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A partir do final da primeira década dos anos 2000, foram criados outros quatro cursos em universidades federais, estimulados sobretudo pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, popularmente conhecido como REUNI, que foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (ou seja, no início do segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva), sendo uma das ações que integrava o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Apesar de dispersos em quatro estados e com perfis diversos, os cursos possuem características gerais que, de certa forma, esboçam a fisionomia da história da arte brasileira. Do ponto de vista geográfico, por exemplo, todos estão localizados em capitais do chamado Centro-Sul do país ou em regiões metropolitanas que no entorno delas se organizam. É importante lembrar que, considerando os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), todas as unidades da federação localizadas nessa região encabeçam as primeiras colocações, tanto do ponto de vista geral, quanto em relação a dados específicos, como renda, longevidade e

escolaridade. O que pode-se prever diante desses dados é que no Centro-Sul do país há uma maior oferta quantitativa e qualitativa de serviços públicos e privados, o que faz com que essa região concentre ainda hoje o maior número de destinos de rotas migratórias nacionais e internacionais e os maiores índices populacionais. Nessas regiões, principalmente na faixa litorânea e nas capitais, pontos que concentram renda, é que se encontram o maior número de equipamentos oficiais de cultura, como museus de arte, bem como de órgãos que gerem esses serviços.³ Logo, a história da arte é produzida a partir desses centros e se ocupa maiormente da produção artística que deles emergem, com destaque particular para o eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Com relação ao momento histórico, cabe ressaltar que as duas primeiras décadas do século XXI recortaram um momento particularmente profícuo para o processo de institucionalização da história da arte no Brasil⁴, com a criação de quatro cursos de graduação na área em um intervalo de tempo de menos de cinco anos. Argumento que dois fatores são fundamentais para compreender os avanços recentes na área.

Em primeiro lugar, é inegável que a criação desses cursos tem relação direta com o empenho de uma determinada comunidade científica em convencer as outras de que “está em condições de dominar um conjunto de questões que até então estavam sob a jurisdição de outra comunidade” (GAVROGLU, 2007, 187), ou seja, é parte de um longo processo de reclamação de reconhecimento e legitimidade. A quase total ausência de uma formação em história da arte em nível de graduação no Brasil aponta para uma visão da história da arte como conteúdo secundário e complementar a outros campos de investigação e, por conseguinte, para o não reconhecimento de suas especificidades. Nesse sentido, a criação desses cursos não só oportuniza uma formação de base específica e qualificada e, por consequência, oferece ao mercado de trabalho mão-de-obra especializada, como também gera outros efeitos: demanda o reconhecimento da particular necessidade desses profissionais para atuar tanto nos postos de trabalho já existentes e ocupados por não-especialistas, como também reclama a criação de novas vagas para que os egressos sejam absorvidos. Ao contrário do que possa parecer nessa breve descrição, esse é um ciclo bastante complexo e pouco linear. Há, obviamente, uma série de outros fatores secundários que reforçam ou concorrem com esse processo de legitimação, entre os quais alguns serão aqui abordados.

Em segundo lugar, como é facilmente previsível, somente o desejo de uma comunidade não bastaria. Apesar dos quatro cursos recentemente criados terem perfis muito diferentes, relacionados, em parte, às trajetórias de cada uma das instituições das quais emergem, uma característica institucional comum os congrega: estão todos alocados em universidades federais, o que não se trata de mera coincidência, mas foram oportunizadas diretamente pelo REUNI, como já referenciado. No entanto, da mesma forma que apenas o desejo de uma comunidade científica em processo de legitimação não seria suficiente para viabilizar a criação de um curso superior de história da arte, também deve-se ter em vista que a simples existência de condições favoráveis de orçamento público não explica a decisão institucional das universidades implicadas em criar uma graduação dessa natureza. Com esse argumento, não ignoro o esforço de agentes da área, mas tenho em vista a opinião pública de modo geral e de seus

representantes políticos que observam com certa desconfiança o que consideram “desperdício” de investimento em áreas supérfluas, sem relevância. Tendo isso em vista, considero mais apropriado pensar numa convergência de fatores: pessoas e instituições interessadas aliadas a um projeto público que viabilizou o investimento em tais demandas.

Há ainda outra interessante característica: todos formam apenas bacharéis. Mesmo o curso oferecido pela UERJ – cujas origens no IBA-RJ assentavam-se no desejo de formar profissionais para a docência em história da arte, vocação que permaneceu por quase três décadas após a transferência da EAV Parque Lage para a universidade –, o ingresso de novos alunos para a formação de professores em história da arte foi extinto em 2006⁵. A alegação geral é que não faria sentido manter ou, nos outros casos, criar uma licenciatura para uma disciplina não obrigatória na educação básica. É um argumento honesto e plausível. Se a história do Curso Superior de História da Arte do IBA-RJ nos ensinou algo é que não faz sentido algum formar profissionais para uma demanda que não existe. Criando em 1963, os certificados conquistados pelos concluintes não tinham qualquer valor legal até a transferência para a UERJ no final da década de 1970, quando finalmente a situação do curso foi regularizada. Na realidade, mesmo em relação à real necessidade de existência de um bacharelado em história da arte não há uma aceitação consensual para além dos limites do campo, como será visto em detalhes mais adiante.

Além de questões geopolíticas e conjunturas históricas, com exceção do bacharelado da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP), os cursos recentes foram criados e estão alocados em unidades acadêmicas voltadas ao ensino artístico, a saber: na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ), nos Institutos de Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA/UFRGS) e da Universidade de Brasília (IdA/UnB). Considerando os atores e instituições envolvidas, fica evidente que o lugar institucional da história da arte no Brasil ainda se encontra circunscrito particularmente ao território do ensino e da pesquisa artística, condição que revela duas características fundamentais da história da arte no Brasil. Por um lado, a história da arte que se desenvolve nesses lugares tende a se configurar como uma disciplina e uma narrativa de perfil predominantemente internalista; por outro, o lugar que ocupa institucionalmente é menos (ou quase nunca) questionado, disputado. Uma breve observação se faz necessária: se reforço a perspectiva institucional, é por ter consciência de que, do ponto de vista epistemológico, o objeto da história da arte empurra a disciplina para além dos limites de sua especificidade, o que constitui a agonia e o êxtase existencial de uma disciplina de bordas fluídas.

A institucionalização da história da arte por meio da criação de graduações específicas em departamentos, institutos ou escolas de artes deve-se ao fato de não haver uma disputa de objeto de investigação e de espaço epistemológico-institucional entre artistas e historiadores da arte da mesma forma e na mesma intensidade que ocorre entre historiadores e historiadores da arte, por exemplo. Esse embate não é recente e, no entanto, não deixa de ser atual. O embate particular entre historiadores e historiadores da arte foi colocado em evidência por uma série de episódios recentes, entre os quais são aqui destacados dois que repercutiram nacionalmente.

Em 2009, foi proposta pelo Ministério da Educação uma consulta pública para a constituição de “Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação de Bacharelados e Licenciaturas”, que pretendiam “contribuir para organizar as ofertas de cursos superiores, uniformizando denominações para conteúdos e perfis similares”. Objetivava-se, com isso, “produzir convergências” que facilitassem “a compreensão por todos os segmentos interessados na formação superior, sem inibir possibilidades de contemplar especificidades demandadas por regiões ou setores laborais do País”. De acordo com o Ministério da Educação, a partir da constatação da existência de uma variedade de denominações para os cursos de graduação e “com o auxílio de profissionais e pesquisadores que atuam nas áreas, foi realizado um estudo que resultou em uma proposta de nomenclatura” que adaptaria as denominações então existentes. A consulta esteve disponível até o dia 16 de outubro de 2009⁶. O que incomodou os envolvidos na criação das graduações em história da arte foi o fato dos Referenciais Nacionais não contemplarem e, em certa medida, proporem a extinção dos Bacharelados específicos na área, forçando uma convergência desses cursos para áreas consideradas afins (a saber: Artes Visuais – Bacharelado e Licenciatura; Dança – Bacharelado e Licenciatura; Música – Bacharelado e Licenciatura; História – Bacharelado e Licenciatura)⁷. Como resposta, em 2010, a Associação Nacional de História (ANPUH) endereçou uma carta de conteúdo público à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, a qual versava sobre as “Mudanças nas denominações de alguns cursos”. O trecho a seguir, uma edição da carta integral, esclarece o posicionamento da ANPUH diante da proposta do Ministério:

Compreendendo a necessidade de padronização dos referenciais ou nomenclaturas dos cursos de graduação, evitando a proliferação de cursos com nomenclaturas que dificultam a inserção do egresso no mercado de trabalho, a avaliação e acompanhamento de seus projetos político-pedagógicos e a escolha dos estudantes na hora do ingresso na Universidade. [...]

Aplaudindo o fato de que as denominações tradicionais em nossa área (História – Bacharelado e História – Licenciatura) estão sendo valorizadas e reafirmadas na contramão da emergência de cursos que não têm uma definição clara do perfil do egresso que quer formar, dos temas a serem abordados na formação e em que áreas o egresso poderá atuar.

A ANPUH – Associação Nacional de História vem fazer as seguintes ponderações a respeito das mudanças que estão sendo propostas nas denominações de alguns cursos e que são indicados para convergirem para as denominações tradicionais em nossa área: [...]

Concordamos que não se pode permitir a **proliferação** de cursos em nível de Graduação que representam apenas um recorte, uma especialização em nossa área, o que é pertinente para cursos em nível de Pós-Graduação. Por isso concordamos que cursos com denominações como *História da Arte* e *História, Teoria e Crítica da Arte* devam convergir para a denominação História – Bacharelado e História – Licenciatura dependendo se o perfil do egresso que se quer formar se destina ao ensino ou a atuação profissional específica em instituições que lidam com objetos artísticos. Neste caso é indispensável que o curso venha perder o caráter de especialização que ele tem, verificando se seu projeto político-pedagógico contempla os componentes curriculares formadores do profissional de História. [...]

Nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento sobre nossas considerações e nos propomos a dialogar com esta Secretaria e com este Ministério sobre qualquer assunto atinente à nossa área.⁸

Em primeiro lugar, fica evidente que a questão tratada, tanto na proposta do MEC quanto na resposta dada pela ANPUH, não se restringe apenas à superficialidade de nomes, mas evidencia camadas mais profundas de significado, que envolvem conflitos e resistências entre duas comunidades científicas (historiadores e historiadores da arte). Apesar de, em certa medida, todos pretenderem ocupar um mesmo ofício (historiar), percebem-se distintamente, constituindo assim duas comunidades científicas em disputa.

Outra questão particularmente notória é a repetição por duas vezes do termo “proliferação” para fazer referência à criação das graduações em história da arte. Levando em conta que, no Brasil, entre vários significados, o termo é usado comumente para indicar o crescimento rápido, anormal, sem controle, indesejado de algo ou alguma coisa (ex.: “Quando o poder público não atua, o crime se prolifera”); além das ocorrências relacionadas à Saúde Pública, usado para indicar a rápida reprodução de agentes causadores de doenças (ex.: “O rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana (MG), pode ser um dos fatores que levaram à proliferação da febre amarela”); verifica-se que a escolha específica dessa palavra já revela o quanto esses cursos eram rejeitados pela ANPUH.

A polêmica entre historiadores e historiadores da arte, no entanto, não se encerrou por aí. Pouco tempo depois, ao longo do ano de 2013, quando já existiam todos os bacharelados em história da arte atualmente oferecidos, houve uma ampla discussão a respeito do Projeto de Lei nº4.699/2012, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), o qual encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, não tendo sido ainda sancionado, estando no aguardo da apreciação pelo Senado Federal⁹. O PL pretende regulamentar a profissão de historiador, estabelecendo “os requisitos para o exercício da atividade profissional”, bem como determinar “o registro em órgão competente”. Tendo como referência o texto inicial do projeto, o artigo 2º previa: “é livre o exercício da atividade profissional de historiador, desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei”. As qualificações e exigências eram esclarecidas no artigo 3º, segundo o qual o exercício da profissão seria restrito a portadores de:

- I. diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;
- II. diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- III. diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino superior, ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação. (PL nº4.699/2012, art.3º)

Ainda de acordo com a redação inicial do PL, entre as atribuições dos historiadores (que, de acordo com o artigo 5º, seriam admitidos para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador mediante a apresentação de diploma condizentes com os quesitos descritos no artigo 3º), caberia:

- I. magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior;
- II. organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;
- III. planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

- IV. assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;
- V. assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- VI. elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos. (PL nº4.699/2012, art.4º)

Em canal oficial no YouTube do senador Paulo Paim, foi publicado, em 09 de julho de 2013, vídeo de uma das sessões do Senado Federal em que pedia urgência na votação do PL pela Câmara dos Deputados. Parte do discurso foi também publicado no site oficial do senador. A transcrição a seguir foi feita diretamente do vídeo:

Lembro ainda, para que não fique nenhuma dúvida, que jornalistas, cientistas sociais, diplomatas, juristas, economistas, enfim todos aqueles que escrevem, poderão continuar a produzir conhecimento no campo histórico. O projeto não veda a ninguém o direito de escrever sobre história, nem pretende impor de uma hora pra outra a especialização de todos. Apenas quer assegurar a presença de historiadores profissionais em espaço dedicados ao ensino e à pesquisa científica em história para que esses possam, em colaboração com outros estudiosos, contribuir para o avanço na área.

Como pode-se prever, esse segundo episódio aliado à primeira ocorrência gerou uma grande comoção em comunidades científicas que reúnem profissionais de “outras histórias”. Além do Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA), outras duas instituições que também congregam profissionais que desenvolvem pesquisas em história da arte e história do ensino das artes também se manifestaram: a Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP) e a Federação de Arte Educadores do Brasil (FAEB). Também se manifestaram a Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC), a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), o Grupo de Trabalho em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Em comum, esses grupos reúnem profissionais que são oriundos de diversas áreas de formação, mas que se dedicam a diferentes objetos históricos. Como pode-se imaginar, não se sentiram contemplados pelo texto inicial do PL e tornaram públicas suas manifestações contrárias. Além disso, vale destacar que todas as cinco universidades que oferecem hoje bacharelados em história da arte também publicaram na mesma época cartas abertas nas quais repudiavam a posição da ANPUH em relação à criação dos cursos e ao PL 4699/2012.

Como consequência do desconforto gerado, foram realizadas reuniões sobre o projeto de regulamentação da profissão de historiador, entre as quais me deterei particularmente em duas. A primeira, ocorrida em 26 de julho de 2013, durante o XXVII Simpósio Nacional de História, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), foi solicitada pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), cujo convite foi ampliado pela ANPUH para outras sociedades científicas. Há um relato redigido pelos professores Cláudia Engler Cury e Wenceslau Gonçalves Neto, historiadores e representantes na ocasião da SBHE, publicado no site oficial dessa sociedade. De acordo com esse registro, como representantes da ANPUH estiveram presentes os professores Rodrigo Patto Sá Motta

(UFMG, novo presidente), Tania Regina de Luca (UNESP-Assis, Vice-Presidente), Angelo Priore (UEM, Secretário) e Benito Bisso Schmidt (UFRGS, ex-presidente da ANPUH). Como representantes de outras sociedades científicas que têm interface com o campo da história, estiveram presentes membros da SBHE, da SBHC, da Sociedade Brasileira de História da Matemática (SBHMat), além de diversas entidades e pesquisadores da área de história da arte. Em comum, todas as outras sociedades (que não a ANPUH) demonstraram certa preocupação em relação ao texto inicial do PL, particularmente na possível limitação da atividade docente em nível superior, bem como da pesquisa histórica, indicando a necessidade urgente de revisões no texto original, antes que sua aprovação avançasse no Congresso Nacional, ao que a ANPUH teria se oposto, já que, segundo a associação, os trabalhos seriam atrasados. Segundo o relato, Cury questionou a possibilidade dos departamentos de história assumirem “todas as aulas das universidades que versam sobre história da educação, história da ciência, história da física, história do direito, história da matemática, história da literatura, história da arte”, caso o projeto fosse aprovado como foi inicialmente apresentado. No relato, não consta se houve uma resposta direta da ANPUH em relação a essa dúvida. Além disso, diante da recusa da ANPUH de revisar o texto do PL, os participantes representantes das outras organizações teriam se mostrado insatisfeitos. Justamente aí reside o ponto mais controverso do relato, o qual é citado a seguir:

Foram apresentadas também sugestões por parte de um dos pesquisadores presentes que se alterassem os nomes das disciplinas de história da educação para algo como “educação brasileira”, o que retiraria essas disciplinas do campo de controle da história e permitiria que especialistas de outras áreas pudessem dar continuidade às suas atividades. Frente a essa proposta os representantes da SBHE posicionaram-se frontalmente contrários, por reduzir esta e outras áreas a um limite da “quase história” e faria eclipsar um esforço de mais de 20 anos pela consolidação da área, plenamente reconhecida atualmente no interior da área de Educação. Essas sugestões não foram retomadas.¹⁰

Esse trecho do relato teria sido facilmente desdenhado por mim, afinal, tais sugestões, não sendo retomadas, teriam sido ignoradas. No entanto, em conversa com o professor André Tavares (UNIFESP), este me relatou algo curioso e que tem relação direta com o referido episódio, já que justamente debatíamos a respeito do PL.

TAVARES: Há situações muito complicadas. Na UFMG, você pode verificar isso depois, nos programas da Escola de Belas Artes não se pode usar a expressão “História da Arte”. Isso me disseram, que história da arte se ensina lá na FAFICH [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas] e que a Belas Artes não pode. Isso é de uma petulância sem fim.

AMARO: Mas não pode usar o termo “história da arte” nas disciplinas?

TAVARES: Ao que parece, no nome das disciplinas, não. O nome que eles dão é Artes Visuais I, Produção Visual no Ocidente... Veja lá, você pode comparar. Isso foi o que me disseram. Compare os programas e verifique se procede, se a informação é efetiva.¹¹

Verifiquei e, a não ser que as análises feitas por mim desses relatos juntamente com as informações acerca do currículo do curso de licenciatura em artes visuais disponíveis no site oficial da Escola de Belas Artes da UFMG estejam muito equivocadas, realmente a informação

fornecida por Tavares procede. As disciplinas de história da arte geral e do Brasil recebem a nomenclatura oficial de “Artes Visuais” e “Artes Visuais no Brasil”. Analisando seus programas, é evidente que tratam-se de disciplinas de história da arte, que elencam única e exclusivamente como bibliografia autores clássicos para o ensino da história da arte usados no Brasil, tais como Ernest Gombrich, Giulio Carlo Argan, Heinrich Wölfflin, Jorge Coli, Sonia Gomes Pereira, Aracy Amaral, Walter Zanini, Glória Ferreira, Ronaldo Brito, entre outros. Pessoalmente, penso que tal ocorrência é, no mínimo, preocupante. Se, antes da aprovação de tal legislação, é possível que tais arbitrariedades ocorram internamente nas instituições, o que acontecerá com a aprovação de tal PL?

A segunda reunião a qual citarei é aquela ocorrida em 21 de agosto de 2013, das 16h45 às 17h45, na antessala do Plenário do Senado Federal, da qual participaram senadores, deputados e outros representantes do governo federal¹², e professores vinculados às seguintes organizações: ANPUH, CBHA, SBPC e SBHC. No relato do Professor Dr. Thomás Augusto Santoro Haddad (USP), o qual foi reproduzido pela Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, publicação trimestral da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), há o registro de duas falas que demonstram o grau de incompreensão das particularidades que envolvem a formação do historiador da arte no Brasil por parte da ANPUH enquanto instituição e de parte dos historiadores. Segundo Haddad, o primeiro a se manifestar foi o historiador Rodrigo Sá Motta, professor da UFMG e então presidente da ANPUH (2013-2015), que foi breve, apenas reiterando três pontos conhecidamente públicos defendidos pela associação:

Primeiro, que no Brasil de hoje a ANPUH achava muito improvável a existência de historiadores que não possuam pelo menos algum diploma específico em história; segundo, o apoio total da entidade à regulamentação, vista como necessária para preservar o interesse público (sobretudo na educação básica, em que as aulas de história devem estar a cargo de professores formalmente capacitados) e o dos próprios historiadores portadores dos diplomas específicos (no sentido de tornar obrigatória sua presença em diversos cargos e instituições); terceiro, ele salientou que sua entidade está disposta a negociar emendas que aperfeiçoem o texto do projeto, desde que isso não o descaracterize nem atrase desmesuradamente a tramitação na Câmara e novamente no Senado (para onde o texto deve obrigatoriamente retornar se sofrer alterações).¹³

Em seguida, Haddad relata que tomaram a palavra Emerson Dionisio Gomes de Oliveira e Vera Marisa Pugliese de Castro, ambos professores do bacharelado do IdA/UnB, que avaliaram a situação do ponto de vista dos historiadores da arte.

Ambos frisaram que a história da arte se representa, no Brasil e no mundo, como um campo autônomo, sem relação de subordinação com a história em “senso estrito”. Segundo eles, em nosso país isso se verifica há muito tempo na formação em nível de pós-graduação, que é obtida, via de regra, em programas de artes visuais, e minoritariamente de história. Quem procura esses programas vem de graduações variadas, e, novamente, os que cursaram história não são maioria. Acrescentaram que, na última década, começaram a surgir bacharelados em história da arte em diversas instituições federais e estaduais de prestígio (UnB, UNIFESP, UERJ, UFRGS etc.), baseados em departamentos novos, criados especificamente para isso, ou em departamentos de artes, mas não nos de história. Também é de notar que no CNPq e nas FAPs [Fundações de Apoio à Pesquisa] a história da arte está abrigada em comitês de arte, não de história.

Além de lamentar o posicionamento da ANPUH em 2010, contrário à existência desses bacharelados, os professores explicaram em detalhes que sua preocupação maior é com as consequências dos incisos II a VI do artigo 4o do projeto, que reserva aos diplomados especificamente em história todas as atividades que os historiadores da arte podem e precisam realizar: pesquisas sobre “temas históricos” (da arte), organização de exposições, assessorias, laudos técnicos etc. Também se preocupam com o inciso I do mesmo artigo no que se refere ao ensino superior, pois as disciplinas que os historiadores da arte ministram são “de história”, na linguagem do projeto. Ainda assim, os professores consideraram que é possível apoiar a regulamentação COM EMENDAS.

A questão sobre a atribuição, no caso brasileiro, da paternidade da história da arte à história, é colocada em dúvida também por Tavares:

Essa paternidade, essa afirmação de que a história da arte é história, no caso brasileiro, não se confirma necessariamente de modo empírico. O acolhimento dessa disciplina foi irregular. Entre nós, ela é mais associada às artes, à estética, menos à história. À medida que a história nega esse acolhimento e, ao mesmo tempo, espera que essa área, pela nomenclatura, seja parte do programa dela, uma tensão desnecessária é criada. É simplesmente uma questão de reconhecer especificidades. Por outro lado, para mim, existe uma vinculação mais evidente com a formação artística, essa é a minha visão. O nosso curso de mestrado, dentro do sistema da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], não está vinculada às ciências humanas: ele está na área de artes, em história e crítica da arte. Percebe, não está ligado à história. Ele é uma visão da crítica e história de arte, mas dentro da área de artes.¹⁴[...] Entendo o projeto de profissionalização, acho que é necessário, acho que é uma conquista de uma classe inteira de investigadores, de profissionais, mas nós estamos fora dessa área, nós não somos tributários dessa área. Até podemos ter zonas de contato, mas nós não somos tributários dela. Nós temos uma história paralela e que tem muito mais que responder à história da arqueologia do que necessariamente à disciplina histórica como ela se constitui. [...] Deve-se respeitar as autodenominações profissionais, as divisões entre as áreas de conhecimento, as metodologias, é o caminho, não pressupor o que essa disciplina seja porque tem uma denominação similar. Eu percebo muito uma incompreensão, uma indisposição e um desconhecimento completo. [...] Se você é um professor de literatura e ensina história da literatura, você não pode usar essa denominação, você tem que ter uma formação de historiador?¹⁵

Por fim, depois de um longo período de idas e vindas, em 03 de março de 2015, foi aprovado o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº4.699-B de 2012.¹⁶ A redação do artigo 3º passou por algumas revisões que pretenderam abarcar aqueles que reivindicavam um lugar no texto da lei, passando assim a ser assegurado “o exercício da profissão de Historiador, em território nacional”, aos:

- I. portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;
- II. portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- III. portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- IV. portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História;

V. profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação desta Lei. (Projeto de Lei nº4.699-C/2012, art.3º)

Como pode-se imaginar, o desenvolvimento da pesquisa que originou a supracitada tese, da qual parte dos resultados é aqui apresentada, foi marcado substancialmente por esse contexto de debates e embates. Inclusive, nas visitas institucionais para levantamento de fontes, quando foi possível articular, em alguns momentos, o acesso a documentos oficiais a conversas com atores envolvidos diretamente nos processos de criação dos bacharelado em história da arte, a querela entre historiadores e historiadores da arte sempre ressoou. A partir daqui, pretendo colocar essas vozes em diálogo. Serão usados tanto trechos de depoimentos orais coletados especificamente para esta pesquisa, bem como outros de acesso público e que complementam tal debate.

Quando questionado sobre como observava o fato dos cursos de história da arte terem surgido, via de regra, em unidades acadêmicas ligadas ao ensino das artes e não naquelas voltadas às ciências humanas, o professor Alfredo Nicolaiewsky (professor do IA/UFRGS e idealizador do bacharelado em história da arte daquela instituição) indicou que, antes mesmo da criação da graduação específica, alunos dos cursos de artes (particularmente das artes visuais) já encerravam a graduação com o desejo de prosseguir suas pesquisas no campo da história da arte. Comparando tal diagnóstico com a ausência da história da arte nos currículos dos cursos de história, Nicolaiewsky avalia e completa sua observação com uma avaliação sobre os possíveis impactos do PL no IA/UFRGS:

Os cursos de História basicamente não trabalham com Arte, não tem disciplinas de História da Arte. Que eu saiba, o curso oferecido aqui [na UFRGS] não tem nenhuma disciplina de História da Arte. O máximo que eles tem é uma “História da Cultura I e II” [...]. A gente tem dois professores¹⁷ que são professores da história e dão aula no nosso programa de pós-graduação desde a origem, que são professores que tem interesse por arte, mas que não dão aula de história da arte lá [no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS]. Eu acho que a história nunca mostrou interesse por isso. Agora está tendo toda essa briga que tu deves estar acompanhando. [...] Que está correndo, está andando forte e que é uma loucura. Se for aprovado, vai ser uma loucura! [...] Eu não lembro o número exato de quantos professores que agora, dentro do Instituto [de Artes], dão aula de História da Arte ou das Artes... Acho que mais de quinze, talvez vinte, somando os três departamentos, ou até mais. Formados em História, eu acho que tem o Alexandre, a Joana e... Acho que deu. [...] De resto, tem professor formado em Arquitetura, Música, Teatro, Artes Visuais, Poéticas, Comunicação. Aqui do Departamento de Artes Visuais, a imensa maioria [de historiadores da arte] é formada em Artes Visuais, mas o número de formados em História é uma miséria. [...] A maioria não poderia nem se formar em História, Teoria e Crítica [antiga habilitação do curso de Artes Visuais, já extinta] na época. Eles só poderiam se formar em qualquer coisa prática e depois fazer pós-graduação em teórica. Na Arquitetura, tu vais encontrar professor dando aula de história da arquitetura que não é historiador, é arquiteto. Na medicina também, em todos os cursos. E não dá pra imaginar alguém formado em história dar aula de história da música com a mesma competência que tem um músico, que se dedica a isso. Os professores de história da música daqui, na aula, vão lá e tocam: “Ah, porque no momento tal tocava-se assim, e no outro tocava-se assado e não sei o que mais, e muda o tipo de ritmo...” [falando e batendo os dedos sobre a mesa como se tocasse um piano]. O historiador pode ter lido, estudado sobre, mas não tem esse conhecimento. O mesmo com um

pintor que dá aula de história da pintura. Pegando todas as áreas do conhecimento, todas tem história. Como é que a história vai abarcar com isso? É impossível! Eles vão mandar todo mundo pra lá? Eu não sei o que eles querem. Eu vou despedir todo mundo ou o que a gente faz? Eu não sei... É loucura! [...] Na verdade, a proposta deles é eliminar [os bacharelados em história da arte], porque eles não oferecem história da arte e acham que as pessoas não têm que ter conhecimento em arte. Depois vai fazer uma especialização lá no mestrado, mas é zero de conhecimento de história da arte. Tem muita coisa pra saber, não dá tempo. É isso, é uma loucura. Mas, enfim, eu acho que eles não sabem o que estão fazendo, eles não se deram conta do tamanho do pepino.¹⁸

Um dado que aparece na fala de Nicolaiewsky e que não trata-se de uma particularidade da UFRGS é o fato de que os cursos de história não oferecem as mínimas condições curriculares para a formação de historiadores capazes de lidar com as especificidades dos objetos artísticos. Nos currículos dos bacharelados em história que são oferecidos pelas cinco universidades públicas que sediam as graduações em história da arte no país é possível observar que não há um lugar oficialmente instituído para esses conteúdos. Nesses cursos, a história da arte não é componente essencial na formação do historiador, mas um item eletivo, ou seja, só são cursados caso o graduando observe a necessidade ou demonstre interesse particular por essa área de investigação específica. Tal situação não diverge do panorama nacional da formação dos historiadores hoje. Na própria USP, universidade na qual essa pesquisa se desenvolveu, o bacharelado em história oferecido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) oferece apenas uma disciplina em história da arte e em caráter eletivo. Mesmo no caso do currículo do bacharelado em história com ênfase em história da arte e em patrimônio histórico e cultural oferecido pelo IFCH/UNICAMP, que abarcaria necessariamente um maior número de disciplinas e, por consequência, prevê muito mais espaço para debates acerca do tema, tenho dúvidas se consegue dar conta de boa parte das especificidades contempladas nos bacharelados em história da arte hoje oferecidos. De todo modo, mesmo após a criação do curso da EFLCH/UNIFESP, essa realidade experimentada na UNICAMP pode ser considerada ainda hoje um ponto fora da curva na história da história da arte no Brasil.

André Tavares relata¹⁹ como repercutiu a criação do bacharelado em história da arte na EFLCH/UNIFESP e traça o perfil genérico do historiador da arte brasileiro que, tal como ele próprio e seus colegas atuantes na mesma instituição, gradua-se em áreas muito diversas e apenas na pós-graduação migra para a história da arte, uma realidade que objetiva-se superar com a criação dos bacharelados na área.

Acho que há uma reação mais severa do curso de história em geral, isso é tradicional. Não espero outra reação igual de outros cursos. O de letras e o de filosofia foram sempre mais abertos, claramente abertos. Há uma particularidade no nosso curso: ele de fato é formado por gente que vem das formações das mais diversas. Então nós temos historiadores, nós temos filósofos, nós temos cientistas sociais, então a composição do curso acaba funcionando como uma porta de comunicação com as outras disciplinas. De certa forma, eu acho que cada um de nós, cada um desses personagens que migrou para história da arte, é capaz de dizer qual era a limitação que existia na sua área de origem. Foi por isso que nós convergimos. Muitas vezes você frequenta um curso de história, um

curso de ciências sociais em que vai haver um semestre ou dois, talvez, dedicados a esse tema, o que é absolutamente ineficiente para o conhecimento da literatura, que é absolutamente insuficiente para o conhecimento do repertório da problemática específica da disciplina. Eu percebo no convívio com os meus colegas, aqui e em outras unidades também, que nós somos capazes de dizer que a maneira como a disciplina [história da arte] é tratada nessas outras áreas de humanidades é absolutamente insuficiente. Ela não é história da arte. Ela é como aplicação de metodologias e de discussões teóricas correntes nessas áreas sobre a produção visual ou o que a gente chama de produção artística. Tem essa discussão também se é um objeto de arte, se é arte visual, cultura visual ou o que quer que seja. E nessa conta do desconhecimento, eu incluo também uma ignorância completa da trajetória da história da arte como disciplina dentro da tradição ocidental.²⁰

O professor Luís Edegar de Oliveira Costa, atuante na mesma instituição e unidade acadêmica que Nicolaiewsky, afirma que a forma como a história percebe a história da arte é permeada por intransigências originárias da incapacidade da comunidade de historiadores assumirem as limitações de formação da área na qual atuam. É possível ainda verificar em sua fala uma crítica à improdutiva disputa entre comunidades científicas, que mais visam a manutenção de privilégios do que avanços na área, o que faz com que todos se enfraqueçam institucionalmente.

Acho particularmente uma pena, porque poderíamos ser muito parceiros pra brigar assim: tem que ter historiador da arte, tem que ter historiador, tem que ter museólogo, tem que ter arquivista, tem que ter tudo lá no Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Mas também passa por aí o medo de que estamos tirando espaço dos historiadores. [...] Não sou contra ter só [o curso de] história, se for o caso, mas tem que reconhecer que o curso de história não dá conta. [...] Acho que, pra começar, deveria-se abrir uma conversa e não chegar dessa maneira que eu estou vendo. Me parece que tem um dado muito importante do qual a gente está fugindo um pouco: eu acho que quem propõe isso [a extinção dos bacharelados em história da arte] desautoriza as instâncias que aprovam os cursos. Aqui na UFRGS, quem aprovou a história da arte também aprovou o bacharelado em história. Se eles [os historiadores] desautorizam quem aprovou o bacharelado em história da arte, estão desautorizando também quem aprovou o bacharelado em história. Do meu ponto de vista, se dizem “olha, o cara que diz que tem mercado de trabalho, que é necessária uma formação específica está errado”, estão desautorizando a instância mais próxima na qual trabalham e onde atuam. Eu acho que a gente está no meio de uma conversa que é muita perda de tempo nessa coisa do PL. Está se fazendo uma bobagem, mas agora tem que enfrentar, virou embate.²¹

Apesar do recolhimento temporário do debate, penso que até por uma conjuntura política adversa para todos, é importante ressaltar que a dúvida sobre o lugar da história da arte não é uma questão fechada, resolvida. Em concordância com o posicionamento adotado pela ANPUH em 2010, há historiadores que se opuseram e ainda se opõem à existência dos bacharelados em história da arte, como é o caso da historiadora Carla Mary da Silva Oliveira, professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Isso se torna evidente em trechos da entrevista concedida à *Temporalidades*, revista discente da UFMG, a qual foi publicada em 2011, entre os quais destaco os seguintes:

REVISTA TEMPORALIDADES: Atualmente, existe um aumento considerável no número de pesquisas que abordam a Arte como fonte historiográfica. Como a professora vê o campo para o historiador que trabalha com Arte no Brasil?

OLIVEIRA: Creio que o grande problema no Brasil, neste tipo de pesquisa, ainda é a formação teórica insuficiente destes pesquisadores. Para se trabalhar com a Arte como fonte histórica, queira-se ou não, é preciso construir durante anos uma certa erudição, que não surge do nada. Como gosto de dizer a meus alunos e orientandos, é preciso muita “ralação” para se conseguir chegar frente a uma obra de arte e “decifrá-la” com o olhar de um historiador. [...] E nossos graduandos e até mesmo pós-graduandos leem, hoje, quase nada em outro idioma, mesmo tendo às mãos o gigantesco acervo de textos acadêmicos, artigos, revistas e livros disponíveis na web. [...] Sem o aprofundamento teórico que estes acervos podem propiciar, a discussão sobre a relação entre Arte e História tende a ficar, quase sempre, na superfície. Além disso, no Brasil há somente duas ou três revistas acadêmicas de qualidade dedicadas à História da Arte, poucos dossiês são organizados em revistas de enfoque mais aberto e os eventos na área são pouquíssimos e restritíssimos, o que inibe, em meu entendimento, a ampliação da interface entre História e Arte, especialmente tomando as obras artísticas como fontes históricas/ historiográficas. Em síntese, este campo/enfoque, na História, ainda é uma seara inóspita em nosso país, infelizmente.

REVISTA TEMPORALIDADES: Durante algum tempo, muitos historiadores da Arte, ao analisar seu objeto, pouco extraíam das imagens propriamente ditas. Seus estudos restringiam-se a informações que outras fontes forneciam e a Arte entrava como ilustração. A ideia de pensar uma cultura visual chegou tardiamente à História. Você acha que a produção recente tem se esquivado desse problema?

OLIVEIRA: Sim, e muito. Já dei esse exemplo num de meus artigos: as diversas telas de Frans Post mostrando engenhos de açúcar no litoral do Nordeste são imagens quase que obrigatórias em livros didáticos, mas nunca vi ninguém questionar o fato de que em NENHUMA dessas imagens produzidas pelo artista flamengo no século XVII há algum instrumento de tortura ou algum índio ou africano escravizado sendo castigado. Isso por acaso queria dizer que os engenhos da WIC [*West Indische Compagnie*, mais conhecida como Companhia das Índias Ocidentais] durante sua ocupação no Brasil eram mais corteses no trato com a escravaria? Obviamente que não! Além disso, a análise formal de uma obra de arte não se esgota em si, é preciso percebê-la em seu *Zeitgeist*, em seu tempo, em seu contexto, a partir da técnica utilizada em sua construção, tentar imiscuir-se nos motivos de sua feitura, aproximar-se do universo e da cultura artística e histórica vivida por seu autor. Poucos historiadores fazem isso hoje no Brasil. Gosto muito do que a professora Maraliz Christo, da Federal de Juiz de Fora, fez com o Tiradentes Esquartejado do Pedro Américo em sua tese de doutorado. É um belo exemplo de como um historiador deve mergulhar numa obra de arte para tentar compreendê-la aos olhos da História.

REVISTA TEMPORALIDADES: Em alguns países (França, Estados Unidos, Itália ou Portugal, por exemplo), há a separação entre departamentos de História e departamentos de História da Arte. O que a professora acha desta divisão?

OLIVEIRA: Não me parece uma boa solução, assim como também não sou fã dos cursos específicos de graduação em História da Arte que têm surgido no Brasil nos últimos anos. Em meu entendimento, com esta divisão se perde o que deve ser essencial para a base da análise histórica de uma obra de arte: a visão de conjunto. A arte não surge apartada dos outros campos da vida cotidiana, como a economia, a política, a religião, a educação, as subjetividades... Estudá-la per si, e somente per si, para mim, empobrece as possibilidades de aprofundamento da pesquisa, tolhe os movimentos possíveis ao historiador num intrincado tabuleiro que, sem elementos destes outros campos, podem tornar os detalhes de tais obras imperceptíveis, impenetráveis mesmo em seus sentidos e significados mais profundos e instigantes. Além disso, é preciso certa maturidade intelectual e pessoal para trabalhar com uma obra de arte e acho que isso só começa a se construir durante a pós-graduação. Obviamente, se pode e se deve fazer as

primeiras tentativas ao longo da graduação, ir tateando o terreno, mas como diz o historiador francês Antoine Prost, “(...) é necessário ser já historiador para criticar um documento (...)”, e vejo as obras de arte como documentos, é claro. Para mim, então, um pesquisador só está pronto para fazer sua primeira tentativa válida de análise de uma obra de arte, portanto, no seu mestrado ou até mesmo no doutorado, quando já pode acumular uma bagagem intelectual e uma erudição minimamente suficientes para se dedicar a tal empreitada: aí é que ele deve se especializar em História da Arte, depois de ter tido a formação geral em História na graduação... (OLIVEIRA, 2011, 13-15)

Como é possível observar no citado trecho da entrevista, Oliveira justifica sua posição à existência dos bacharelados em História da Arte por causa de uma falta de visão de conjunto que acometeria o graduando. Por outro lado, ela aponta para a necessidade de “maturidade intelectual” para lidar com os fenômenos artísticos, entendidos pela historiadora como documentos históricos muito específicos, complexos e difíceis de compreender. Oliveira reconhece a dificuldade de historiadores brasileiros em trabalhar com objetos artísticos, que isso dependeria de um longo processo de formação, considerado ainda como um campo de trabalho que muito precisaria se desenvolver. No entanto, ao mesmo tempo, considera a criação de bacharelados em história da arte como uma especialização precoce, além, é claro, de pensar a disciplina da história da arte como filiada e subjugada à história. Devo concordar que a formação do historiador da arte em nível de graduação carece, em certa medida, de uma abordagem de cunho externalista, estando muito mais preocupada com as questões internas ao campo. Penso que isso se deva às escolhas implicadas no recorte proposto por qualquer projeto de formação e pelo fato de o próprio objeto artístico-cultural, apesar de se lançar para além das fronteiras da disciplina, também trazer em si complexidades próprias do campo e que só o campo pode dar conta. Além disso, deve-se ressaltar, mais uma vez, que esses cursos estão abrigados em unidades acadêmicas dedicadas ao ensino e à pesquisa artística. No entanto, se a própria Oliveira reconhece a especificidade de historiar os fenômenos artísticos, isso já não justificaria uma ação contrária ao seu argumento? Sua compreensão a respeito do ofício do historiador da arte já não demonstraria a necessidade da existência de uma formação para um campo de pesquisa tão particular? Do meu ponto de vista, tais argumentos se articulam de uma forma que a conta não fecha, fica sempre faltando um calço.

Felizmente, como parte da pesquisa, foi possível entrevistar o historiador da arte Jorge Coli, professor do Departamento de História da UNICAMP e uma importantíssima referência para esse debate. Logo no início da conversa, Coli retoma a questão por ele já debatida em momentos anteriores²² e que é objeto central desta análise: o lugar da história da arte no Brasil.

O Brasil tem uma tradição muito sólida em várias disciplinas das humanidades: a filosofia, a ciências sociais, estudos literários etc. Mas nunca teve uma tradição em história da arte. Eu acredito que isso se deveu ao modelo de universidade que a USP foi, como universidade moderna, para todo o Brasil. Como primeira universidade moderna fundada no país, ela pensou em formar vários departamentos, várias graduações em vários setores, trazendo inclusive professores do exterior, mas ela nunca pensou, por alguma razão que eu não explico, na criação de um departamento de história da arte como existia tradicionalmente na Europa. Não sei o porquê, mas não existe. Então, a história da arte, que é uma disciplina muito específica, ficou vinculada a uma visão cuja

característica óbvia é, na verdade, falsa. Isto é, a história da arte ficou vinculada à ideia de que ela se trata de uma disciplina artística e ela tem que ser dada para os artistas. Ora, se a formação de história da arte para os artistas é uma formação importante, os artistas não se formam historiadores da arte, eles se formam outra coisa. A disciplina de história da arte para os artistas é uma disciplina de formação e não uma disciplina com um enfoque em si mesma. Quer dizer, a história da arte era uma disciplina acessória, de formação e que não tinha lugar dentro da universidade. Os historiadores da arte que existiram antes de aparecerem os primeiros programas de pós-graduações e, agora, as primeiras graduações, eram historiadores da arte formados nas brechas, por acaso, seja porque frequentaram faculdade de jornalismo, seja porque frequentaram faculdade de ciências sociais, seja porque frequentaram departamentos de história e encontraram algum professor que, por algum meio indireto, chegou na história da arte. Não é rara a existência de professores formados assim, porque, é claro, não tinha um lugar institucional. Eles foram muito importantes para a história da arte brasileira, justamente por serem pioneiros, mas isso significava uma situação extremamente limitada e problemática para a história da arte no Brasil. [...] O atual estado de história da arte na USP é um exemplo desse problema histórico. Porque você tem dois lugares ainda em que se fazem belas teses em história da arte hoje na USP, mas dois lugares nos quais não existe ainda exatamente uma legitimação da história da arte. Um deles é a ECA [Escola de Comunicações e Artes], que, quando foi criada nos anos 1970, a ideia de uma formação artística ficou parecendo como uma coisa um pouco, como dizer, fora de moda. Se criou uma escola de artes onde triunfava a ideia dos estúdios de comunicação. E aí, dentro dessa escola, da forma como pôde, a história da arte fez o seu caminho. E um outro lugar é a FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo], porque tem história da arte para os arquitetos. Lá também começou a aparecer, a serem formados professores de história da arte, e hoje, mesmo alunos que não são arquitetos, entram na pós-graduação da FAU. Mas a própria situação hoje da USP indica o problema, ao mesmo tempo de história da legitimidade da disciplina e de ausência de um projeto claro para história da arte. Brotou ali, onde deu certo, com ótimos resultados, não estou fazendo crítica nenhuma, mas mostra essa dificuldade.²³

Ainda que Oliveira e Coli tratem da questão de um ponto de vista institucional comum, é perceptível que Coli observa a formação em história da arte deva ter como objetivo o desenvolvimento da própria disciplina e que, sim, deveriam existir espaços institucionais nos quais pudesse haver essa formação desde a graduação. Com relação à diferença que observava na formação oferecida nos bacharelados alocados em escolas de arte em comparação com uma formação em história da arte oferecida por um instituto ou departamento voltado à história, Coli considera que, no Brasil, o atributo “de arte” à história faz com que considere-se, de modo geral, que uma formação em história da arte tenha que ficar submetida a uma unidade voltada ao ensino artístico, opinião com a qual ele claramente não concorda.

No fundo é a mesma coisa que você achasse: nós vamos fazer aí um setor de história das ciências e isso tem que ficar na física, por exemplo. Quer dizer, da mesma forma que não é papel dos físicos conhecerem os métodos do historiador, acontece com a História da Arte. Então, isso foi um equívoco, isso é um equívoco que continua existindo, mas há uma evolução, porque, hoje, a História da Arte ganhou uma importância muito maior do que possuía, no Brasil, nos anos de 1980. Os historiadores da arte tem uma formação histórica muito mais sólida, eles têm também contatos internacionais muito mais importantes e, mesmo que estejam dentro de um instituto de artes, o espírito mudou. O espírito em grande parte desses historiadores mudou e, é claro, isso é positivo. Mas é ainda um equívoco. Tanto é que muitas vezes, quando existem

concursos para historiador da arte, a gente pega os pontos relativos à história da arte sorteados em escolas de artes plásticas e é notória, com muita frequência, uma espécie de, como dizer, de ausência de conhecimento do que é a história da arte, do que é um historiador da arte. E são pontos que muitas vezes ficam fazendo apelo à estética, à teoria da arte, que é uma outra disciplina, que deve estar na filosofia, que é uma outra disciplina completamente diferente. Quer dizer, elas se cruzam, é claro, é importante que cada um tenha uma formação múltipla, mas os focos são diferentes.²⁴

Mesmo compreendendo a perspectiva de Coli e, em certa medida, concordando com seus argumentos, há uma questão que precisa ser tratada como um fato dado: a história da arte no Brasil é uma disciplina majoritariamente vinculada às escolas de arte, lugar institucional e epistemológico no qual ela teve condições de sobreviver e se desenvolver. Não é possível considerar a exceção bem resolvida da UNICAMP como parâmetro para uma análise da forma como a história da arte é compreendida e praticada em âmbito nacional. Contra isso, penso que não há argumentos, pois é uma realidade irrefutável do caso brasileiro. Na fala de Paula Ramos, professora do bacharelado do IA/UFRGS, essa questão se mostra de forma muito clara.

Ele [um bacharelado em história da arte] nem poderia nascer em outro lugar a não ser dentro de um instituto, de uma escola de belas artes. Não poderia nascer, seria um alien se nascesse em outro lugar, diria até que seria quase ilegítimo se ele nascesse em outro lugar, porque onde é que estão os departamentos das áreas que pesquisam isso? São as áreas de artes visuais. [...] Porque é um conhecimento absolutamente fundamental para quem trabalha com artes visuais. Seria ilegítimo, seria um alien se isso surgisse em outro departamento, em outro curso. Ele não teria essa tradição. E se tu pegares a própria CAPES, olha aonde está a história da arte. História da arte está dentro da grande área Letras e Artes. Lá dentro de artes.²⁵

Com relação ao PL nº4.699/2012, que, como foi visto, pretende regulamentar a profissão do historiador, Coli percebe a questão de um ponto de vista bastante crítico em relação à história. Ao mesmo tempo que acredita que a história da arte é uma disciplina histórica e que, desta forma, é um equívoco mantê-la em escolas de artes, por outro, observa no PL uma postura conservadora da parte dos historiadores, como pode ser observado no trecho a seguir:

Do meu ponto de vista, essa é uma questão produzida por uma mentalidade muito estreita, que enxerga a história de uma maneira conservadora e a partir de uma ideia de corporação muito forte. É meu ponto de vista e não tenho muito receio de dizer isso: durante um longo tempo, a história no Brasil foi muito marcada por inflexões ao mesmo tempo ideológicas, teóricas e políticas, que fortaleceram uma espécie de rochedo do que se queria como a história. Evidentemente, de quarenta anos para cá, de trinta anos para cá, as brechas mostraram que esse rochedo virou areia. Só que as pessoas que ainda estão lá não querem que o rochedo se desfaça. Então, eu acho que essa é uma postura conservadora. Conservadorismo pode ter aspectos positivos, mas essa não é a ideia. [...] Quando você vê resistências desse tipo [como a carta aberta “Mudanças nas denominações de alguns cursos” à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o PL nº4.699/2012] tão fortes em relação a uma disciplina como a história da arte, você percebe que essa disciplina, que é uma disciplina tão aparentemente inofensiva, ela é na verdade altamente

subversiva, porque ela implica em uma mudança de parâmetros de pensamento, ela insiste em uma abertura de formas da inteligência, uma abertura epistemológica que uma parte dos historiadores não consegue perceber. Eles continuam no campo epistêmico deles, querem que esse campo epistêmico seja o mesmo por toda a eternidade, e a História da Arte chega e diz: “Olha, para pensar as coisas em história da arte tem que pensar de uma maneira diferente”. A inteligência da história da arte é uma inteligência diferente da inteligência discursiva, habitual do historiador. Você tem que introduzir novas práticas para que essa inteligência possa se desenvolver. Então é muito curioso, porque a história da arte, nas circunstâncias atuais do pensamento brasileiro, é uma forma altamente subversiva de pensamento.²⁶

Se por um lado, Oliveira e Coli divergem sobre a necessidade de criação de cursos de história da arte, bem como de departamentos e institutos específicos na área nas universidades brasileiras, parecem consentir, por outro lado, no pressuposto de que a história da arte é uma disciplina histórica (e não uma disciplina artística). No entanto, considerando as cargas horárias diminutas ou inexistentes de disciplinas que se ocupem dos fenômenos artísticos nos currículos das graduações em história, como um historiador pode se submeter a um objeto de estudo com o qual simplesmente não consegue lidar por carência de formação básica, algo que é difícil de suprir no âmbito da pós-graduação? Que tipos de questões podem ser levantadas diante de objetos com os quais o historiador em formação pouco tem contato?

André Tavares pontua aspectos interessantes e sua pertinência está no fato de serem observados por alguém que leciona em um curso de história da arte em um espaço institucional compartilhado com a história. Em sua fala fica claro que, apesar da história da arte compartilhar com a história discursos sobre o passado, há algo particular que a define, que a particulariza. E isso se expressa, por exemplo, na demanda do público que procura por tal formação e, em última instância, na dimensão epistemológica da disciplina.

O fato de nós compartilharmos com a história, eventualmente, a prerrogativa de fazer discursos sobre o passado, não significa que nós venhamos da mesma matriz. A mesma coisa com a literatura, quer dizer, eu me sinto pessoalmente muito mais tributário da história da literatura do que da história. A história que eu lido é a que analisa a produção de objetos artísticos, que tem um comprometimento com a documentação e com a ideia de recriação de tempo que é limitada, muitas vezes pode ser anacrônica, mas que não deixa de ter valor. O controle sobre o texto temporal dentro da produção artística é outra coisa, isso funciona de outra forma. Nessa batalha das autonomias das disciplinas, eu acho que, em parte, há um desconhecimento da tradição da formação da história da arte como campo de conhecimento separado de fato de outras áreas e, de outro lado, eu identifico uma batalha política, que não tem só ligação com a questão do conhecimento, mas com o fato de que existe um grande número de estudantes, de pesquisadores interessados na produção artística e que se veem obrigados a fazer percursos, os mais diversos e tortuosos, para conseguir chegar na formação que desejam, ou seja, há uma demanda reprimida para essa área e isso, para nós, é claramente identificável. A nossa nota de corte [pelo Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM] subiu nesse semestre para setecentos e catorze, que é maior nota de corte aqui na EFLCH. [...] Existe uma procura, existe uma concorrência e existem instituições que simplesmente se dedicam a ignorar a produção artística, a história da produção artística como um campo autônomo. Essas pessoas se veem obrigadas a cursar sete semestres de teoria da história social do trabalho e dois ou, como era no caso da EFLCH, um semestre

de história da arte. [...] Existe uma demanda reprimida e esse público é forçado a outras opções pela ausência, até pouco tempo atrás, absoluta de um curso que o desse habilitação nesse campo. A alternativa que havia antes era você fazer um curso de educação artística ou um curso de artes, cursos que costumam ter mais semestres dedicados à história da arte, mas também com um enfoque distinto que é a utilização da própria história da arte para produção artística. Eu também acho que a visão que o artista tem da história da arte é outra, mas essas eram as alternativas. Eu estou lidando com um grupo muito grande de gente que está interessada nessa área, que não está interessada nem em estudar Max Weber, nem em estudar Hobsbawm. Esse grupo pode se aproximar disso, mas está primeiramente interessada no fato artístico, na criação artística. Essa é a prioridade, é uma prioridade absoluta. Não existe história da arte sem arte. Você pode fazer história sem arte, você pode fazer filosofia sem arte, você pode fazer ciências sociais sem arte, mas história da arte sem objeto artístico não tem. [...] Posso perguntar para os meus alunos e fazer uma proporção para você: quem veio estudar História da Arte porque viu uma pintura, porque leu um texto... “Ah, eu vim estudar história da arte, porque vi um quadro em uma exposição de Picasso”, ou “vi um grafite no meu bairro”, ou “vi um desfile de moda”, ou “li um livro ilustrado”, ou “porque um dia tropecei em uma citação de Freud”. Eu acho que existe uma prioridade. Os nossos alunos vêm aqui ansiosos pela aquisição de uma cultura visual e de uma sistematização do universo da produção artística antes das informações das outras áreas. É ligeiramente diferente, mas faz com que a formação seja completamente outra.²⁷

A partir de tal debate, é possível concluir que, apesar do estado de crise, de tensão, se houve uma resposta forte e incômoda dos historiadores da arte ao PL nº 4.699/2012, isto é um sinal de que o campo de pesquisas se encontra em um estado de maturidade e de autorreconhecimento de suas especificidades, que se evidencia também em outros dados contextuais. A expansão do ensino e da pesquisa em história da arte no âmbito da graduação e da pós-graduação é resultado do empenho de gerações de profissionais que se formaram a duras penas e num ambiente bastante difuso. Com a formação e a profissionalização desse público, cria-se a demanda de infraestrutura, expressa, por exemplo, na necessidade de expansão do mercado editorial; de oferta de bolsas de pesquisa no país e no exterior; de absorção dos formandos ao mercado de trabalho, atuando em cargo para os quais se encontram melhor qualificados. Não se pode negar que a integração e assimilação da produção artística brasileira em circuitos artísticos estrangeiros também contribuiu para estimular o contato entre as produções historiográficas brasileiras e estrangeiras. Com isso, os debates circulam.

A questão que permanece é: qual a necessidade e as implicações de se delimitar ou não um território específico para a história da arte, pensando em uma época em que as fronteiras encontram-se cada vez mais fragilizadas pela necessidade da substituição de um sistema disciplinar por uma postura mais permeável? A perspectiva pós-disciplinar, inclusive, pode em muito contribuir para a investigação do objeto de estudo da história da arte – o fenômeno artístico, que impõe à história da arte um permanente estado de diligência para que não seja absorvida em definitivo por outras disciplinas científicas. Por fim, apesar de estar sujeita a incorrer em equívocos, avalio que o complexo debate levantado nesse artigo aponta para dois problemas fundamentais.

Em primeiro lugar, avalio que o esforço por legitimação pelos historiadores da arte diante da ANPUH não aponta para o desejo de serem aceitos como historiadores tal como os outros, mas para a reclamação do reconhecimento da especificidade do campo no qual atuam. Não me parece também que os historiadores da arte tenham expresso o desejo de atuar em campos que foram conquistados pelos historiadores, como o ensino da disciplina na escola básica, por exemplo. No entanto, a ANPUH e parte dos historiadores se opõem à ideia de que a história da arte goze de autonomia institucional, por compreendê-la como uma das especialidades do que consideram como seu espaço de atuação legítimo. É uma disputa por autonomia ou subjugação que revela o empenho por conquista e manutenção de territórios institucionais e epistemológicos.

Em segundo lugar, a regulamentação da profissão de historiador abre precedente para que os historiadores da arte simplesmente não consigam atuar nos campos para os quais foram especificamente formados (ao contrário daqueles que são bacharéis em história) e para os quais a demanda existe de fato. Abre-se assim precedente para que os historiadores da arte sejam impedidos de atuar em áreas e arbitrar em assuntos sobre os quais versam com desenvoltura pelo fato de uma comunidade científica desejar instituir o que são e não são, o que podem e são capazes e não podem e não são capazes de realizar. A história da arte é assim reafirmada ora como subcategoria da história; ora como campo de saber secundário, disciplina complementar nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Artes (em suas diversas linguagens) como componente educativo para a formação do “artista”. No entanto, deve-se novamente salientar: o desenvolvimento de uma formação profissional específica mostrou-se mais propício nas escolas e institutos de arte do que no território reservado institucionalmente às ciências humanas. Como afirmou-se, não são raros os casos em que há uma ausência total de qualquer disciplina curricular obrigatória ou eletiva que contemple esses conteúdos específicos nos cursos de História.

Diante de um vasto caminho de debates, talvez a única certeza seja a de que serão necessárias algumas gerações para que se possa avaliar o real impacto das mudanças estruturais na formação do historiador da arte e, por consequência, na configuração da história da arte no Brasil advindas da recente criação de cursos de graduação na área.

¹ Danielle Rodrigues Amaro é Bacharel e licenciada em História da Arte pela UERJ, mestre em Artes pela Unicamp e doutora em História Social pela USP. Integra o GEPTEC, Grupo de Estudos do Progresso da Tecnologia e da Ciência da USP. Tem experiência em educação em museus de arte e atualmente dedica-se à concepção de materiais didáticos para a educação formal.

² A tese “Controvérsias acerca da institucionalização da história da arte no Brasil: debates sobre a criação de cursos de graduação e perspectivas epistemológicas” foi orientada pelo Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo com o auxílio de bolsa CAPES Proex em seu último ano de realização, e defendida em outubro de 2017. Encontra-se disponível para consulta e download em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21052018-144340/pt-br.php>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

³ Sobre o tema, há um interessante documento produzido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Ver: BRASIL. IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. *Museus em Números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. vol.1. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁴ Uso o verbo no passado, pois, a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as políticas públicas educacionais e artístico-culturais foram francamente impactadas (e tendem a continuar sendo com a eleição, em 2018, de Jair Bolsonaro).

⁵ Ver: UERJ. Deliberação nº042/2006, de 09 de agosto de 2006. Reformula os currículos dos Cursos de Artes Visuais. Disponível em: <http://www.boluerj.uerj.br/pdf/de_00422006_09082006.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

⁶ As informações aqui citadas entre aspas podem ser consultadas na apresentação dos Consulta Pública dos Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação publicada no site oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13812:consulta-publica-dos-referenciais-nacionais-dos-cursos-de-graduacao&catid=191:sesu&Itemid=994>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁷ Os quadros de “Convergência de Denominação (De → Para)” se encontram ainda hoje disponíveis no site do Ministério da Cultura, divididos por áreas, sendo que: a) área “Comunicação e Artes” em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/consulta_artes.pdf>; b) área “Humanidades” em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/consulta_humanidades.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁸ Assinaram a carta: Presidente – Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN); Vice-Presidente – Raquel Glezer (USP); Secretário-Geral – Júnia Ferreira Furtado (UFMG); 1º Secretário – Nelson Schapochnik (USP); 2º Secretário – Luis Fernando Cerri (UEPG); 1º Tesoureiro – Marisa Midori (ECA-USP); 2º Tesoureiro – Benito Bisso Schmidt (UFRGS); Editora da RBH – Marieta Moraes (UFRJ).

O conteúdo integral da carta “Mudanças nas denominações de alguns cursos” pode ser consultado no site oficial da ANPUH. Disponível em: <http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=314>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

⁹ O histórico da tramitação do PL nº4.699/2012 pode ser consultado no site oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹⁰ O relato pode ser integralmente consultado em: <<http://sbhe.org.br/modules/news/article.php?storyid=165>>. Acesso em: 08 de agosto de 2015. Na ocasião da revisão do presente artigo, não foi possível localizar o relato na página da SBHE. No entanto, o texto encontra-se disponível no blog “Profissionalização do Historiador”, que reúne várias matérias e documentos relacionados ao PL 4699/2012. Disponível em: <<http://profissao-historiador.blogspot.com.br/2013/07/intransigencia-da-anpuh-que-nao-aceita.html>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹¹ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Campinas/SP, 08 de março de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

¹² A saber: senadores Paulo Paim (PT/RS) e Rodrigo Rollemberg (PSB/DF); deputados Chico Alencar (PSOL/RJ, com dois assessores), Policarpo (PT/DF, com uma assessora) e Pedro Uczai (PT/SC); Daniel Ribeiro Lemos (assessor do deputado André Moura, líder do PSC, originador do pedido de tramitação do PL 4.699 em regime de urgência); uma assessora da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

¹³ O relato pode ser integralmente consultado em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/sbhc-divulga-relato-de-reuniao-sobre-pl-que-regulamenta-a-profissao-de-historiador/>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹⁴ A classificação das áreas de conhecimento proposta pela CAPES é construída em quatro níveis hierárquicos, do mais geral ao mais específico: grande área, área de conhecimento (ou área básica), subárea, especialidade. Abrange nove grandes áreas (a saber: ciências exatas e da terra; ciências biológicas; engenharias; ciências da saúde; ciências agrárias; ciências sociais aplicadas; ciências humanas; linguística, letras e artes; multidisciplinar), na quais se distribuem as 48 áreas de avaliação da CAPES. A história da arte e a crítica de artes são especialidades que integram a grande área “linguística, letras e artes”; a área de avaliação “artes/música”; subárea “artes”. Informações consultadas no site da CAPES. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

¹⁵ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

¹⁶ BRASIL. *Redação final do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº4.699-C de 2012 do Senado Federal (PLS nº368/09 na casa de origem)*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1306144.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

¹⁷ Nicolaiewsky faz referência aos professores Dr. José Augusto Costa Avancini e Dr. Francisco Marshall.

¹⁸ Alfredo Nicolaiewsky (UFRGS). Depoimento oral. Porto Alegre/RS, 12 de agosto de 2013. Transcrição realizada entre 2014/2015.

¹⁹ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁰ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²¹ Luís Edegar de Oliveira Costa (UFRGS). Depoimento oral. Porto Alegre/RS, 13 de agosto de 2013. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²² Ver: SUGIMOTO, Luiz. Horizontes e fronteiras da história da arte, segundo Coli. Campinas: *Jornal da UNICAMP*. Campinas/SP: UNICAMP, nº318, 3 a 16 de abril de 2006. p.11. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju318pg11.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2012.

KASSAB, Álvaro. O olhar de Coli sobre a história da arte [entrevista]. In: *Jornal da UNICAMP*. Campinas/SP: UNICAMP, nº345, 27 de novembro a 3 de dezembro de 2006. p.2. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju345pg02.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

COLI, Jorge. Pela implantação de graduações em História da Arte nas universidades brasileiras. In: RIBEIRO, Marília Andrés; RIBEIRO, Maria Izabel Branco. *Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*. Belo Horizonte : C/Arte, 2007. pp.132-133.

²³ Jorge Sidney Coli Junior (UNICAMP). Depoimento oral. Campinas/SP, 13 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁴ Jorge Sidney Coli Junior (UNICAMP). Depoimento oral. Campinas/SP, 13 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁵ Paula Viviane Ramos (UFRGS). Depoimento oral. Porto Alegre/RS, 12 e 13 de agosto de 2013. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁶ Jorge Sidney Coli Junior (UNICAMP). Depoimento oral. Campinas/SP, 13 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

²⁷ André Luiz Tavares Pereira (UNIFESP). Depoimento oral. Guarulhos/SP, 24 de janeiro de 2014. Transcrição realizada entre 2014/2015.

Referências bibliográficas

GAVROGLU, Kostas. *O passado das ciências como história*. Tradução de Custódio Magueijo. 1ª edição. Porto: Porto Editora, 2007.

HONOR, André Cabral; SANTOS, Luís Fernando Amâncio; SILVA, Mateus Alves. Arte, História e História da Arte: uma relação possível? Entrevista com Carla Mary S. Oliveira. In: *Temporalidades*: Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, janeiro/julho de 2011. Vol.3, nº1. pp.11-18.

SHAPIN, Steven. *Nunca Pura*: estudos históricos de ciência como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Tradução de Erick Ramalho. 1ª edição. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.